

Sarney

# Soberania e paz

7 JUN 1980

O presidente da República viajou para Nova Iorque tranqüilo em relação a um dos mais agudos problemas brasileiros na área econômica: as negociações em torno da dívida externa. De fato, o presidente Sarney tem motivos para um otimismo realista quando constata os pontos nevrálgicos ora em fase de acerto com os credores internacionais. "É o melhor acordo já feito por países devedores", segundo suas palavras na Base Aérea de Brasília, antes de tomar o avião rumo à Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, de cuja tribuna manifestará o apoio de um Brasil de 130 milhões de habitantes ao desarmamento americano-soviético. Assim procede, com o peso de uma tradição pacifista de um povo que até aqui só pegou em armas quando viu seu território atacado por forças estrangeiras ou em defesa da liberdade mundial.

No seu comparecimento anterior à ONU o Presidente do Brasil também defendeu a liberdade: a liberdade de todo um povo que não pôde ser sufocado por exigências dra-

conianas do capital internacional, como vinha ocorrendo. Chegavam a inviabilizar o Brasil, ao impedir o atendimento de suas necessidades de crescer em volume correspondente às exigências de um País que anualmente vê ingressarem na faixa produtiva quase dois milhões de jovens em busca de trabalho.

Agora, o chefe do Governo aponta nova realidade compatível com os reclamos brasileiros de não destinar ao custeio da dívida externa mais de 2,5 por cento do Produto Interno Bruto. Melhor ainda, o Brasil vai despender menos que isso, em consonância com a posição interna responsável pela moratória de 1987, determinada pela vontade soberana de uma Nação que não aceita resgatar seus débitos em cima de sacrifícios insuportáveis para um povo já cercado por inúmeros problemas.

Em níveis justos e compatíveis com as possibilidades do Tesouro, o Brasil, fiel ao seu bom nome histórico, há de pagar todos os débitos, a começar por aqueles de ordem social contraídos com sua população.